

O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS EM TEXTOS MULTISSEMIÓTICOS

THE PARLIAMENTARY *COUP* OF 2016: AN ANALYSIS OF A CRITICAL DISCOURSE OF POLITICAL REPRESENTATIONS IN MULTISSEMIOTIC TEXTS

Antônio Edson Sales da Silva¹

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva²

Ana Maria Pereira Lima³

RESUMO: Desde o momento em que a Análise de Discurso Crítica⁴ (ADC) passou a ser entendida como um método aplicado na pesquisa social científica, apreendemos que a análise de nosso objeto de estudo, materializado neste artigo, está articulado com a proposta inicial de submetê-lo a uma abordagem crítica, pautada na Teoria Social do Discurso. Para tal análise, foram selecionados sete textos multissemióticos replicados no contexto político do processo de impeachment enfrentado pela presidenta Dilma Rousseff. Pautando-nos nos enquadres teórico-metodológicos da ADC, objetivamos a caracterizar e a analisar o Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016, por ser consequência de uma prática discursiva que se constituiu em processos de produção, circulação e consumo na sociedade e nas mídias sociais, principalmente, em forma de representações multissemióticas. Dessa forma, chegamos a compreensão de que uma série de relações de poder foram empreendidas, avaliadas neste estudo, tendo em vista a perspectiva do discurso como prática social e como forma de interpretar os variados eventos das lutas e dos embates ideológicos e hegemônicos, ocorridos no interior das classes e frações de classe, tornando visíveis os efeitos do golpe, desde os primeiros protestos de junho de 2013, passando pelas eleições de 2014, e que culminaram, portanto, no impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Palavras-chave: Golpe Parlamentar; Relações de Poder; Teoria Social do Discurso. Ideologia. Hegemonia.

ABSTRACT: From the moment that the Critical Discourse Analysis (ADC) came to be understood as a method applied in scientific social research, we learn that the analysis of our object of study, materialized in this article, is articulated with the initial proposal of submitting it to a critical approach, based on the Social Theory of Discourse. For this analysis, we selected seven multisemiotic texts replicated in the political context of the process of impeachment faced by President Dilma Rousseff. Based on the theoretical-methodological framework of the ADC, we aim to characterize and analyze the Legal-Parliamentary Coup of 2016, as a consequence of a discursive practice that was constituted in processes of production, circulation and consumption in society and in social media, mainly,

¹ Mestre em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará/Feclesc. Especialista em Metodologia do ensino fundamental e médio pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil(1999). Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará/Fafidam (1992). Atualmente é professor efetivo da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. Tem experiência na área de História e Filosofia, com ênfase em História geral e Ensino de Filosofia.

² Mestre em História e Letras na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), campus da Universidade Estadual do Ceará (2019). GRADUADO em LETRAS (Língua Portuguesa e Literaturas) pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Atualmente é PROFESSOR Efetivo de Língua Portuguesa/Literaturas da Escola Estadual: EEFM Egídia Cavalcante Chagas e Professor Coordenador da Área de Linguagens (PCA, 2016 a 2017). Foi Professor SUPERVISOR do PIBID da Universidade Estadual do Ceará-UECE/CAPES/MEC (2012/2013). Membro do Pragenteforte e GPADC/UECE.

³ Doutora e Mestre em Linguística, na Universidade Federal do Ceará. É professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Atua na área de Linguística e Formação de Professores. Professora categoria permanente no Curso Mestrado Interdisciplinar em História e Letras - MIHL, na UECE e do PROFLETRAS/UECE. Pós-doutora em Letras na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte PPGL/CAMEAM/UERN, bolsista PNPd/CAPES.

⁴ Um rápido esclarecimento com relação à tradução do termo inglês *critical discourse analysis*. Embora exista a expressão portuguesa 'análise crítica do discurso'[...] prefiro o termo 'análise de discurso crítica. Não se trata de mera questão terminológica. Há uma razão para isso: no Brasil, a tradição de estudo do discurso é forte. [...] A ADC estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico (MAGALHÃES, 2005).

in the form of multisemiotic representations. Thus, we arrive at the understanding that a series of power relations were undertaken, evaluated in this study, considering the perspective of discourse as a social practice and as a way of interpreting the varied events of the struggles and ideological and hegemonic clashes that occurred in the interior of classes and class fractions, making visible the effects of the coup, from the first protests of June 2013, through the 2014 elections, which culminated, therefore, in the impediment of President Dilma Rousseff in 2016.

Keywords: Parliamentary Coup; Power Relations; Social Theory of Discourse. Ideology. Hegemony.

Introdução

Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado⁵.

Michael Löwy – Sociólogo

Quando Francis Fukuyama determinou o fim da história ao cair, em 1989, o Muro de Berlim e, em pouco tempo, ao esfacelar-se a ex-União Soviética em 1991, causou o maior *frisson* nos meios conservadores de direita de todo o mundo. A partir daquele momento tinham fim as ideologias e, portanto, as lutas de classes. A História não mais teria seu dialético e interminável movimento de mudanças e transformações. O movimento histórico chegara ao seu limite.

Em 1989, havia exatos 72 anos de história da Revolução Russa, fato que marcara a primeira experiência prática e duradora das ideias socialistas, configuradas no Socialismo Real. Da mesma forma, recuando no tempo, nesse ano de 1989, fizera 140 anos do lançamento do Manifesto Comunista de 1848, dos teóricos alemães Marx e Engels. Aarão *et al* (1998, p.8), ao citar Marx, inscreve: “A história de todas as sociedades, até hoje, tem sido a história das lutas de classe”.

Dessa forma, em função da realidade histórica do presente, diríamos conflitos de interesses de classes, que envolve, semanticamente, o mesmo sentido. Hoje, a despeito da “profecia” de Fukuyama, constatamos que a história não acabou e que o mundo ainda sofre as periódicas crises de acumulação do capital, ora em expansão, ora em retraimento, com seu corolário de concentração da riqueza e promoção das desigualdades sociais imperantes no regime capitalista de produção.

A crise mundial do capitalismo de 2007/2008, ocasionada pela especulação imobiliária no mercado estadunidense, abalou as estruturas e os fundamentos neoliberais do capitalismo global e levou à derrocada instituições financeiras como o Lehman Brothers e colocou em péssimas condições sociais o mundo do trabalho com o fantasma do desemprego e o aprofundamento das desigualdades de renda,

⁵ Ver: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>. Acesso em: 11 mai. 2018.

redução dos direitos trabalhistas, precarização das relações de trabalho e mudanças nos regimes de aposentadorias em função da histórica prática de se debitar a conta aos trabalhadores assalariados e classes médias, maiores vítimas do ajuste fiscal e desmonte do Estado. Mészáros (2011) afirma que

A questão é que o capitalismo experimenta hoje uma profunda crise, impossível de ser negada por mais tempo, mesmo por seus porta-vozes e beneficiários. Nem se deve imaginar que o capital dos Estados Unidos seja menos afetado que os da Grã-Bretanha e da Europa (MÉSZÁROS, 2011, p. 32).

Ou seja, como salienta Mészáros (2011), a crise do sistema do capital é um fenômeno que atinge o capitalismo como um todo e seu raio de ação destruturante abala, também, o Estado de bem-estar social do mundo desenvolvido. É isto que ocorre hoje na Europa, com o surgimento do “precariado” como corolário do desmantelamento da rede de proteção social dos trabalhadores europeus.

Não por acaso, no Brasil contemporâneo do golpista Michel Temer, há um movimento regressivo e de involução de nossa sociedade no que diz respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários, dado que se propõe a cortar direitos sociais, embora o discurso do governo oculte. Dessa forma, a prática discursiva oficial se utiliza de sua hegemonia no controle do Estado e produz um discurso retórico, com objetivo de distorcer interpretativamente os fatos, auxiliado pela narrativa midiática que legitima a fala do governo. E, isso tudo, com a aquiescência dos demais Poderes da República que carimbaram a (i)legitimidade do golpe.

Assim, com objetivos não declarados de atender aos interesses mercadológicos de acumulação de capital, concentração de riqueza e renda; e ataque frontal aos direitos trabalhistas e garantias sociais, é que foi desferido o golpe fatal em nossa democracia, ao desalojar um governo livre e democraticamente eleito pelo povo. O discurso ideológico do golpe se assentou, mais uma vez, na falácia do combate à corrupção. De posse dessa bandeira de confusa definição, as elites dominantes iniciam uma prática discursiva que terá como foco deslegitimar e desqualificar a hegemonia política do Governo e do Partido dos Trabalhadores.

Neste artigo, buscamos analisar teórico-metodologicamente à luz dos princípios da ADC, alguns textos multissemióticos, replicados no contexto político anterior e posterior ao processo de impeachment enfrentado pela presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Da análise à caracterização teórico-metodológica da ADC: avaliando a ideologia e a hegemonia no golpe parlamentar de 2016

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem que adotou como fundamento uma percepção da linguagem como parte irreduzível da sociedade, relacionada a outros fatores da vida social (RESENDE; RAMALHO, 2006; RESENDE, 2009). Contextualizando historicamente a ADC, Melo (2018) esclarece que o paradigma de pensamento do grupo de estudiosos desse campo de investigação, procedeu da publicação de *Prejudice in Discourse* (1984) de van Dijk, das obras *Language and Power* de Norman Fairclough e *Language, Power and Ideology* de Ruth Wodak, publicadas ambas em 1989.

No entanto, apenas em 1990/1991, em um Simpósio onde esteve presente (Teun van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen e Norman Fairclough), a ADC se confirmou como uma rede internacional de estudos e pesquisas que buscou discutir assuntos relacionados a linguagem e ao discurso em razão de outras teorias e metodologias em análise de discurso e a um programa estruturador das abordagens teóricas apresentadas (WODAK, 2005a, *apud* MELO, 2018, 27).

Vale destacar que a *Análise de Discurso Crítica*, desenvolvida por Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) concebeu a ADC como uma “abordagem científica interdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social, com foco na explanação de problemas sociais parcialmente sustentados por relações de causa-efeito do discurso no mundo, e vice-versa”. Tendo em vista, na sociedade globalizada “a disseminação e amplo alcance dos discursos hegemônicos da grande mídia brasileira” (PAIVA, 2017, p. 70-71).

Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 94) afirma que “o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder”. Dessa forma, na perspectiva do texto enunciado, percebe-se a presença da ideologia na prática social do discurso que, em seu processo dinâmico, solapa ou mantém ou modifica as estruturas de dominação social e “as relações de poder” (FOUCAULT, 2001).

Fairclough (2001, p.94) compreende ainda em sua cuidadosa análise que “[o] discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”. Esta perspectiva de análise do discurso faircloughiana é apresentado, para nós, um importante instrumento de interpretação dos eventos históricos, políticos e sociais em nossa contemporaneidade e, por isso, nos detemos nos acontecimentos recentes em nossa história política, das jornadas de junho, às eleições de 2014 e o golpe Jurídico-Parlamentar de 2016.

Figura 1⁶



Em um confuso momento, resultante de uma campanha presidencial que dividiu o Brasil em duas grandes forças, as pessoas foram às ruas por motivos também difusos, mas perceptivelmente denunciando que algo precisava mudar.

Destacamos que a ideologia é o elemento de manutenção para que a sociedade e as classes sociais permaneçam com o “poder”, manejando toda a massa social bem como desfrutando de certos benefícios. Por esta razão, a noção de “poder” para a ACD incide na manipulação de práticas sociais sediadas por classes dominantes em função de classes menos beneficiadas (FAIRCLOUGH, 2001), o que acarreta uma reflexão sobre a hierarquia também considerada como alicerce para a análise das instituições midiáticas (COSTA; PACHECO, 2011).

Analisando a figura 1, observou-se que as cores remetem ao **tom alaranjado** e **terracota**, induzindo pela projeção da luz um “chão” que se levanta a partir de jovens nas ruas, tendo em primeiro plano uma jovem branca e vestida em cores não marcadas (não era vermelha, nem verde-amarela) com um recurso que apresenta nitidamente características *intergenéricas*⁷ em um cartaz que remete ao protótipo de placa disposta em canteiro de obras incitados por uma chamada da mídia acerca da necessidade de “acordar” o Brasil.

Isso feito a partir de chamadas em vídeos produzidos por personalidades divulgados em redes sociais:

⁶ Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/memes-hashtags-e-manifestacoes-de-2014/>. Acesso em: 11 mai. 2018.

⁷ Sousa (2012, p. 49-50) explica que a “intertextualidade intergenérica, ou intergenericidade, ou seja, a propriedade de um gênero trazer, em sua estrutura composicional, características de outros gêneros (sendo estes referentes à estrutura ou ao objetivo comunicacional) é, certamente, um tema profícuo para o estudo em análise de gêneros e, por isso, é objeto de estudo deste trabalho. O uso desse tipo de intertextualidade pode denotar determinados propósitos em certos gêneros textuais, e, por isso, o objetivo maior deste artigo é discutir se e de que forma tal fenômeno intertextual constrói os sentidos dos gêneros.

Figura 2⁸



Figura 3⁹



Seguido de uma “enxurrada” de vários *memes*, *hashtags* e vídeos¹⁰ “vem pra rua”, conforme observamos nas figuras 2 e 3, estavam as fortes iniciativas transmutadas em chamadas de “O gigante acordou”, o primeiro termo faz referências ao Brasil, metaforizado na letra do Hino Nacional, por ser uma referência ao tamanho continental do país e figurativamente à força de seu povo, e a expressão invoca para a construção do sentido a subversão dos trechos: “Gigante pela própria natureza” e “Deitado eternamente em berço esplêndido”¹¹

⁸ Disponível: <http://www.museudememes.com.br/sermons/memes-hashtags-e-manifestacoes-de-2014/>. Acesso em: 11 mai. 2018.

⁹ <http://www.museudememes.com.br/sermons/memes-hashtags-e-manifestacoes-de-2014/>. Acesso em: 11 mai. 2018.

¹⁰ Memes gênero textual caracterizado pela associação de uma imagem e uma frase, que geralmente significa e ressignifica esses elementos ao contexto social transmitido, priorizando a interpretação textual, o uso de memes em atividades escolares ou em questões de provas de vestibular pode ser totalmente possível (SILVA, 2017). A Hashtag é uma palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) que as pessoas geralmente utilizam para identificar o tema do conteúdo que estão compartilhando nas Redes Sociais. O vídeo, do latim eu vejo, é uma tecnologia de processamento de sinais eletrônicos, analógicos ou digitais, para capturar, armazenar e transmitir ou apresentar uma sucessão de imagens com impressão de movimento. A aplicação principal da tecnologia de vídeo resultou na televisão, com todas as suas inúmeras utilizações, seja no entretenimento, na educação, engenharia, ciência, indústria, segurança, defesa, artes visuais (WIKIPÉDIA, 2018).

¹¹ Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_Nacional_Brasileiro. Acesso em: 11 de mai. 2018.

Assim, foram lançadas as bases para se apresentarem os discursos que categorizariam as manifestações de posicionamentos acerca das mais diversas questões, embora todas incidissem para as questões desencadeadas pelas insatisfações com o governo do Partido do Trabalhadores e pelo resultado das eleições de 2014, em que uma mulher assume pela primeira vez o cargo mais alto, tendo que responder as demandas de uma sociedade imersa em discursos conflituosos, fato que se revelou na formação do Congresso Nacional (predominantemente formado por homens, brancos e de filiação às camadas que detinham discursos fundamentalistas religiosos, defensores do agronegócio e de não comprovadas ligações duvidosas com grupos violentos).

Para uma relação com o momento da história recente, não foi um exercício muito difícil de fazer, porque muito se tem falado e escrito sobre o golpe de 2016 em uma visão retrospectiva que lembra o Golpe de 1964, ressalvadas as devidas e necessárias diferenças para não cairmos naquilo que em História chamamos “anacronismo”. O golpe parlamentar de 2016 é *sui generis* em sua particularidade pelo simples fato que não foi um golpe nos moldes tradicionais com tanques de guerra das Forças Armadas, mas representa um golpe simbolicamente montado sobre uma farsa que se transformou numa tragédia muito real.

De forma bem prática, Mancebo (2017) ao analisar a *Crise Político-Econômica no Brasil* ressalta que

[s]inteticamente, esse era o tenso quadro interno que o país vivia e, a partir da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em finais de 2014, um golpe parlamentar-judicial-midiático começou a ser urdido: o impeachment da presidenta, ocorrido em 31 de agosto de 2016. O impeachment, por certo, é uma instituição presente na Constituição Brasileira de 1988. Todavia, no caso em questão, ele deve ser considerado um golpe, pois causas que poderiam levar a ele foram forjadas sem prova material e cabal, pelo menos, até o presente momento (MANCEBO, 2017, p. 878).

Por isso, para abrangermos o Golpe de abril de 2016, faz-se necessário recuarmos no tempo até às Jornadas de Junho de 2013. Inicialmente, um conjunto de protestos liderado pelo (MPL) Movimento Passe Livre contra o aumento de tarifas de ônibus na capital paulista, de repente se tornou um fenômeno nacional, se espalhando em outras capitais, como BH, por exemplo, ainda com a bandeira das tarifas de ônibus.

Figura 4¹²



A imprensa, principalmente o Jornal Nacional, noticia os fatos como negativos à população. Souza (2016, p.89) nos ajuda a compreender o papel do JN na cobertura: “No dia 10 de junho de 2013, aconteceu a primeira referência do Jornal Nacional às manifestações. Como toda referência inicial, ela foi negativa, enfatizando o “tumulto”, o prejuízo ao trânsito e o incômodo à população”. Considerando as escolhas lexicais “VEM PRA RUA!”.

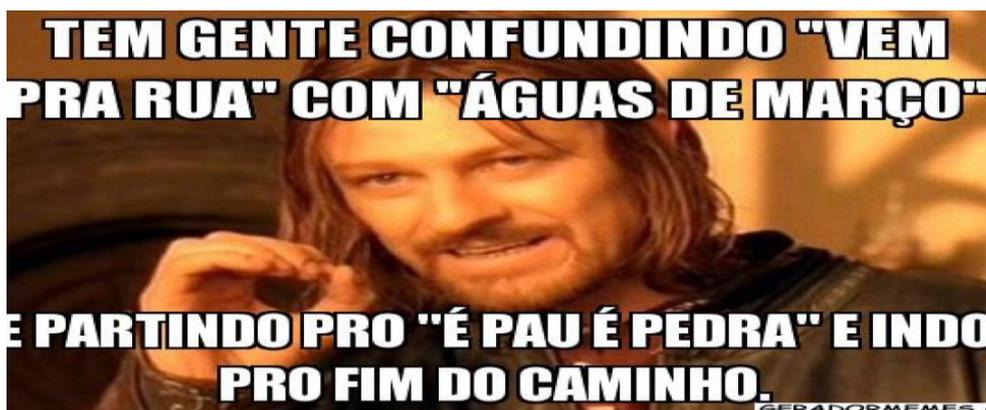
Observa-se a tentativa pela **explicitude político-partidária** (MELO, 2018, p. 32), em manifestar ideologicamente um enfrentamento contra o contexto de ações e/ou atitudes oriundas do processo (antes, durante e após) o golpe parlamentar em 2016. Por outro lado, esses cartazes por serem ideologicamente marcados por grupos específicos, buscaram **empoderar socialmente** as pessoas na luta por direitos e contra os golpes em curso no Brasil (RESENDE, 2012).

Nos dias 12 e 13 de 2013, na sequência dos protestos, segundo Souza (2016), “a palavra ‘vandalismo’ tornou-se recorrente como modo de designar o movimento”. Há uma tentativa de se criar uma categoria “black blocs”¹³

¹² Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/memes-hashtags-e-manifestacoes-de-2014>. Acesso em: 12 de mai. 2018.

¹³ Os grupos se caracterizam por usar roupas e máscaras negras cobrindo o rosto, para dificultar a identificação por parte de autoridades. O vestuário também cria uma sensação de conjunto e união entre si. A ideologia black bloc se basei no questionamento da “ordem vigente”. Eles se manifestam contra o capitalismo e à globalização. Suas ações promovem o dano material a fachadas de empresas multinacionais e vidraças de bancos, por exemplo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>

Imagem 5¹⁴



Neste ínterim, de repente, o movimento se tornou um fenômeno nacional com a introdução de bandeiras estranhas ao início dos protestos como a PEC-37 e a corrupção. A entrada de termos jurídicos se faz presente para a legitimação dos discursos (de ambos os lados) e os movimentos tentam envolver a população sobre o “impenetrável” mundo das discussões correntes no Congresso. “A PEC 37 foi pela primeira vez mencionada pelo jornal” (SOUZA, 2016, p. 89). E o que é ou dizia a PEC-37?.

Novamente Souza (2016) esclarece que

a PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, [...]. Isso contrariava o desejo do Ministério Público, que também queria investigar e acusar, o que por sua vez contrariava a divisão de trabalho típica do judiciário (SOUZA, 2016, p. 90).

A partir da introdução da PEC-37, como pauta de reivindicação dos protestos, até então protagonizados na maioria por jovens de classe média, e arrebatando os jovens das periferias de grandes cidades, os rumos contestatórios foram alterados ao surgir, no seu interior, setores da velha classe média empunhando a bandeira da moralidade pública ao defender o fim da corrupção. E segundo o sociólogo Jessé Souza (2016) a Globo, principalmente esta emissora em si, inicia a narrativa de um discurso cujo desdobramento foi o Impeachment da presidente Dilma.

Para isso, há uma massificação da temática em toda a programação da emissora, apoiando-se no fato de ser a emissora de maior audiência nas camadas populares, construindo assim uma argumentação pautada por uma intrincada estratégia de articular quaisquer assuntos às ações governamentais, em geral, desqualificando-as.

¹⁴ Disponível: <http://www.museudememes.com.br/sermons/memes-hashtags-e-manifestacoes-de-2014>. Acesso em: 12 de mai. 2018.

Depois do artifício ou pretexto da PEC-37 e de seus desdobramentos políticos, percebe-se que um movimento que contava com a participação de estudantes de classe média e das periferias o qual fora, de início, criticado pelo JN, agora passa a ser visto como “pacífico” e “expressão democrática” do povo. Estava montado, assim, o cenário perfeito para a encenação do que mais tarde seria denominado Golpe. E ele veio, sim, no dia 17 de abril de 2016 quando os deputados, típicos representantes de uma “sociedade do espetáculo”, aprovaram a admissibilidade do processo de impedimento da presidenta Dilma.

Em 2016, o ano do desfecho da ação iniciada em 2013, quando a classe média reacionária se apoderou das bandeiras de luta dos primeiros manifestantes ancorados no MPL (Movimento Passe Livre), o discurso hegemônico do golpe agora se pauta no combate à corrupção seletiva, ou seja, não ancorada em princípios éticos, mas apenas aquela ocorrida durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

A retórica da corrupção vai deslanchar, também, na ruptura do processo democrático atual que se reiniciara em 1985, depois de 21 anos de ditadura militar. Percebe-se, agora, que o discurso de combate ao comunismo não se faz presente, como em 1964, por exemplo, porque a realidade política, em seu contexto histórico, é muito diferente daquele ano.

Em 1964, o fantasma do comunismo pairava sobre o universo mental das classes dominantes e setores das classes médias, como um mal que deveria ser extirpado da sociedade brasileira para preservar a democracia. Da mesma forma que hoje, a corrupção seletiva, tema sensível às classes médias, foi um mote bastante explorado pelo discurso golpista de 1964 com o fito de convencer a sociedade que era necessário moralizar o país varrendo de vez a vil corrupção mesmo que isso custasse alguns avanços da classe trabalhadora e algumas conquistas da minoria.

O discurso reformista se impõe em imagens e em textos de personalidades diversas, sempre revestidos da força argumentativa da lei. Termos jurídicos entram em pauta nas conversas cotidianas e sessões do judiciário são expostas em horário nobre para transparecer legitimidade ao conjunto de ações que, assim como no golpe de 1964 que derrubou João Goulart, interrompendo o período democrático que se iniciara com a deposição de Vargas em 1945, o mesmo ocorre em nova roupagem de forma multissemiótica, agregando artefatos semióticos textuais presentes nas redes sociais e publicizando situações ocorrentes em ambientes antes privados como teor de telefonemas e opiniões presentes em redes sociais dos envolvidos ou de personagens que servem de metáforas ao fato.

A natureza do golpe de 2016: os aspectos históricos e linguísticos das relações ideológicas e hegemônicas em discursos e práticas sociais nas mídias sociais

Mas, afinal, o que está por trás do Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016? Quais elementos discursivos se articulam em torno da farsa e tragédia política que se instauraram em nosso país? Estes questionamentos problematizantes, nos indicam um caminho a partir das ideias de Fairclough (2001) sobre o “discurso como prática social” disponíveis nos processos “ideológicos e hegemônicos” presentes no tecido social. O “sistema do capital em crise” responde a muitas perguntas sobre a natureza do golpe de 2016.

É essencial notar que o Golpe de 2016, no Brasil, na conjuntura geopolítica de intensificação de políticas neoliberais em dessemelhantes partes do mundo, em meio ao um avanço da direita e do conservantismo, em suas diferentes (re)atualizações, como marco deste tempo histórico da civilização do capital em crise (CARVALHO; GUERRA, 2017).

Num viés teórico-metodológico, Fairclough (2012) explica as *Posições teóricas da ACD, considerando o discurso como um momento das práticas sociais*, ao enfatizar que

[...] uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que engajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308).

Para tanto, o autor ressalta, pois, que a compreensão de práticas sociais nos consente a ajustar as expectativas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, um modo relativamente constante “de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las”. Para ele, todas essas práticas de produção são “arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308).

Nesse sentido, um ponto a se considerar é que o golpe foi patrocinado pelas forças hegemônicas do mercado, cujos interesses são ideologicamente mascarados pelo discurso das “absolutamente necessárias reformas trabalhista e previdenciária” cujo alvo e vítima principais são os direitos e garantias sociais dos trabalhadores.

Mas o discurso ideológico da fração de classe dominante não revela os reais interesses das elites economicamente hegemônicas que tenta, através de “determinados usos da linguagem”, naturalizar as relações de dominação e poder vigentes na sociedade. Fairclough (2001) nos diz:

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de senso ‘comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

O golpe parlamentar e jurídico de 2016 contou com o apoio da mídia conservadora a serviço do grande capital e do mercado. O golpe foi construído em uma base ideológica correspondente, não necessariamente determinista, mas com efeitos impactantes na sociedade em função da prática discursiva da reestruturação do processo político de hegemonia de grupos de esquerda no poder, sustentados, até então, pela conciliação de classes e pela associação de acordos e alianças firmados entre forças sociais e políticas de visões de mundo divergentes em alguns pontos dos espectros político, social e econômico.

Até porque nesse contexto de produção discursiva e prática social, Fairclough (2012, p. 311) assegura que “[o]s atores sociais, no curso de sua atividade, produzem não só representações das práticas em que estão inseridos (representações reflexivas) como de outras, recontextualizando-as (BERNSTEIN, 1990; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) e incorporando-as às suas próprias”. Enfim, na ótica dominante do mercado, as relações de poder precisavam inverter sua lógica e reafirmar o controle político e administrativo do Estado brasileiro com objetivos de “remoldar” a correlação de forças no seio da sociedade e assim instaurar o projeto de governo assentado no neoliberalismo, que foi rejeitado pelas urnas, em 2014.

Ademais, as elites plutocráticas de nosso país, tradicionalmente adversas ao processo democrático decisório do povo brasileiro, não aceitaram os resultados das urnas nas eleições de 2014 e marcharam unidas em um consórcio jurídico, midiático e parlamentar para introduzirem uma peça acusatória chamada de “pedaladas fiscais e crime de responsabilidade” cujo desdobramento foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Além disso, uma avalanche de denúncias da operação Lava Jato, envolvendo a Petrobras, ampliou a instabilidade política, agravando ainda mais a situação já extremamente caótica.

Por essa época, alguns setores da classe média se manifestaram exigindo o fim da corrupção e do governo corrupto do PT. Numa conjunção de palavras que lembram o Mensalão¹⁵ e a corrupção na Petrobras, criou-se o termo “Petrolão” e que se tornou peça-chave na narrativa anticorrupção do falso

¹⁵ Mensalão – de autoria do ex-presidente do PTB, Roberto Jefferson, para cunhar o suborno pago regularmente a parlamentares pelo governo petista; deu nome ao escândalo de corrupção política ocorrido entre 2005 e 2006; o caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do então presidente Lula e partidos aliados. Disponível em: <http://luciobezerra.com/o-legado-petista-frases-vocabulos-nao-usuais-terminos-juridicos-neologismos-e-eufemismos>. Acesso em: 04 dez. 2018.

moralismo da classe média conservadora. A partir do referido termo, utilizado como forma de convencimento da sociedade em relação ao discurso moralista da corrupção, faremos uma análise dessas falas a partir do seu contexto ideológico e do processo hegemônico de determinados grupos político-sociais embutidos na construção do enunciado.

Quanto aos significados dessas palavras recorrentes nos textos multissemióticos analisados, a partir do contexto do golpe de 2016, salientamos, segundo Bessa e Sato (2018, p. 146), em uma perspectiva faircloughiana que: “[a] escolha lexical tem relevância nos estudos discursivos, tornando produtiva a análise de determinadas palavras socialmente destacadas”, isso significa dizer que: “[d]eterminados itens lexicais atuam com uma extensão de sentido (dicionarizada ou não, exemplo: ‘engavetar’), ou recebem uma conotação metafórica (‘sanguessugas’), ou ainda são criação nova (‘mensalão’)” (BESSA; SATO, 2018, p. 146).

Em suma, para esses/as autores/as, a análise de vocabulário se mostra produtiva e essencial para compreender as representações, considerando que os discursos, para Fairclough (2003, p. 129), citado por Bessa e Sato (2018, p. 146), “lexicalizam o mundo de maneiras particulares”.

Em nossa análise, o uso recorrente destes termos lexicais no discurso hegemônico do golpe, sobretudo dos agentes políticos, jurídicos e estatais, envolvidos se concretizou a partir destas categoriais lexicais (mensalão, petróleo etc.) no intuito de causar no público, leitores, interlocutores a receptividades da materialidade de suas ações contra o Governo de Dilma. Para isso, os agentes do golpe para impor seus projetos de poder buscaram firmar-se na construção de um *discurso de anticorrupção*, logo entendemos que o discurso pode ser investido política e ideologicamente, mantendo ou transformando as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder, além de constituir, naturalizar, manter e transformar os significados do mundo de disposições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2008).

Dessa forma, a partir da análise do discurso de um texto e de seus aspectos em termos hegemônicos, ideológicos e de sua produção social, alguns elementos se tornam importantes para a produção do discurso, na compreensão de Micheletti *et al* (2008, p.29): “O contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso”.

Assim, ao analisar a narrativa do processo de afastamento e posterior cassação do mandato eletivo da presidente Dilma, há que se analisar toda uma construção argumentativa pautada em um discurso pensado e planejado por setores da sociedade que se sentem atualmente alijados do poder. No conjunto, a narrativa expressa um conflito de classes e de interesses contraditórios entre os “donos do

poder”, que o sociólogo Jessé Souza denomina de “elite do dinheiro” (SOUZA, 2016, p.12) e as classes despossuídas, os trabalhadores, principais vítimas do Golpe de 2016.

Como afirmamos há pouco, o discurso ideológico do Golpe de 2016 veio atrelado ao termo “Petrolão”. Qual a intenção e os reais objetivos dessa construção? Percebe-se que há uma tentativa de recontextualização em referência a um passado recente, mais precisamente 2005/2006 quando veio à tona o escândalo do Mensalão. Os grandes jornais do País: O Globo, Folha de São Paulo, *O Estado de São Paulo* e revistas de circulação nacional como *Veja*, *Época* e *Isto É*, dão ênfase a essa junção de palavras pejorativamente chamada de “Petrolão”, com o fito de fazer lembrar, aos mais “esquecidos” da sociedade brasileira, que os anos de governo do PT foram marcados pela corrupção o que, por si só, justificaria um impedimento legal de um governo tão ou mais corrupto do que outros passados.

Tenta-se, dessa forma, criar “efeitos de sentido”, como afirmam Micheletti *et al* (2008):

As representações semânticas que definem o “significado” do discurso são apenas uma pequena seleção da informação representada no modelo que se usa na composição do discurso. O enunciador e o co-enunciador devem compartilhar o mesmo fundamento comum na medida em que constroem e compreendem o discurso, criando efeitos de sentido que revelam a intencionalidade e a aceitabilidade comunicativas (MICHELETTI *et al*, 2008, p. 82-83).

Assim, a ideia expressa na composição enunciativa do discurso, ou seja, a construção do significado semântico do termo “Petrolão” se impõe como um elemento aglutinador de uma prática discursiva, cujo objetivo se pauta no seu compartilhamento e convencimento ideológico do co-enunciador, de tal forma que este compreenda e aceite o discurso em seus “efeitos de sentido” (MICHELETTI *et al*, 2008).

Figura 6¹⁶



Figura 7¹⁷



Analisando a disposição em forma de *slides*, constatamos uma recuperação de sentido via *intergericidade*, quando o procurador e coordenador da força-tarefa da *Operação Lava Jato* no Ministério Público Federal (MPF), Deltan Dallagnol decidiu usar slides em uma apresentação acerca da operação e virou alvo de piadas nas redes sociais. Centenas de slides circularam com as mais diversas questões em uma tentativa de esvaziamento do já vazio discurso veiculado pelo procurador acerca da falta de provas sobre o assunto.

Ou seja, muitos outros slides são replicados pelos usuários como forma de crítica as atitudes de determinados órgãos, atitudes ou crenças, por meio do processo de **hibridismo** em ambientes digitais, mas como forma de empoderar-se e buscando desconstruir esse contexto de ações tomadas nesse caso da Lava Jato. Em outras palavras, as práticas discursivas na figura 7, trouxe em meio a uma cadeia de gêneros, uma articulação do hibridismo desses elides, demonstrando uma **nova configuração de poder** e de **funcionalidade** (BESSA; SATO, 2018, p. 140).

Na visão de Boaventura de Sousa Santos, *o modus operandi* da “Lava Jato”, resultou num sistema judicial que se transformou em um ameaçador fator de desordem jurídica. Ainda de acordo com as ideias deste sociólogo, percebemos que essa operação se configurou como

¹⁶ Disponível em: www.política.estadao.com.br. Acesso em: 13 de mai. 2018.

¹⁷ Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/padrao/apos-piadas-procurador-da-lava-jato-evita-slides-em-apresentacao/>. Acesso em: 13 de mai. 2018.

Medidas judiciais flagrantemente ilegais e inconstitucionais, a seletividade grosseira do zelo persecutório, a promiscuidade aberrante com a mídia ao serviço das elites políticas conservadoras, o hiper-ativismo judicial aparentemente anárquico, traduzido, por exemplo, em 27 limiões visando o mesmo ato político, tudo isto conforma uma situação de caos judicial que acentua a insegurança jurídica, aprofunda a polarização social e política e põe a própria democracia brasileira à beira do caos (SANTOS, 2016, S/P).

Portanto, todo discurso tem uma intencionalidade, tem um alvo ou objetivo a alcançar, ou seja, compreende, assim, Fairclough (2001, p.106-107) como uma “prática discursiva [...] que “envolve processos de produção, distribuição e consumo textual e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”. Nesse sentido, a construção do fato e suas narrativas são escamoteadas por processos ideológicos e de dominação de classe. Fairclough (2001) afirma que

[...] as ideologias são significações/construções da realidade [...] que são construídas em várias dimensões das formas /sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou as transformações das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p.117).

Ou seja, as formações ideológicas tanto podem produzir, como reproduzir ou transformar as relações de dominação e de poder. Seguindo essa lógica narrativa, podemos afirmar que o movimento configurado em torno do Golpe de 2016, reproduziu as práticas políticas hegemônicas das “elites do dinheiro” brasileiras. Nesse sentido, está claro que “as práticas sociais inter-relacionadas de maneira particular constituem a ordem social, como é o caso da atual ordem neoliberal globalizada emergente do novo capitalismo, ou, mais especificamente, a ordem social de educação de uma sociedade específica em um certo período de tempo” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310).

Consideramos que a respeito ao Partido dos Trabalhadores que, aparentemente, estava no controle do Estado e de outras instituições, o poder era diluído entre as várias frações de classe que permeiam a sociedade. Desse ponto de vista, Fairclough (2001) esclarece que a

Hegemonia é a construção de alianças de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação /subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p.122).

Dessa forma, para caracterizarmos e compreendermos o Golpe de abril de 2016 como um processo em curso desde 2013 e a tumultuada eleição de 2014, convém analisarmos o golpe na perspectiva

da hegemonia de classes. Fairclough (2001, p.123) discute que a “hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos espaços econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”.

Portanto, considerando o processo político como um conjunto articulatório de alianças e consentimentos de que nos assegura Fairclough (2001), o discurso dominante que se impôs no cenário político brasileiro nas eleições de 2002, se expressa na frase de efeito da campanha do PT como forma de vender a imagem do candidato Lula. “Lulinha paz e amor”, tornou-se o mote publicitário de sua campanha em direção à Presidência da República. Além disso, o Partido dos Trabalhadores firmou alianças para formar um bloco de poder que em Ciências Políticas se chama “governo de coalizão” para, assim, garantir a tão sonhada governança, ou seja, a estabilidade política.

Para construção do golpe foi necessário o emprego de uma gama estratégias e ações instadas por diversas instituições, que segundo Guerra *et al* (2017) resultou de uma

[...] fase enfraquecida do governo Dilma [...] depois de junho de 2013. Foi um momento em que todos os índices de popularidade que davam força ao governo para atuar em defesa das suas políticas sofreram quedas vertiginosas e abruptas. Em pouco mais de um mês, o governo perdeu apoio de mais de 30% da população segundo o Ibope, Datafolha e Vox Populi (GUERRA *et al*, 2017, p. 70).

Isso foi conseqüentemente resultado do fato de que “cada um dos setores da elite contemplados por políticas no começo do governo Dilma acabou por voltar-se contra ele” (GUERRA *et al*, 2017, p. 79). Ou seja, “se a campanha contra o PT e os envolvimento em corrupção já eram um problema, somava-se a isso, agora, o fato de que havia a insatisfação de uma parcela significativa da população; atingido por uma forte crise de representatividade iniciada em junho de 2013, com problemas econômicos que começam a destilar seus efeitos sociais” (GUERRA *et al*, 2017, p. 79).

Esses pesquisadores ressaltam ainda que a *construção do golpe* se materializou em virtude de todo um contexto político propício ao golpe, sendo que

As preocupações com a economia brasileira não apresentavam ameaça à força do governo. Em parte, foi ele próprio que provocou a tensão em busca de resultados mais próximos do seu propósito. Enquanto tentava atender a empresários representados por um tipo de capitalismo parasitário ou capitalismo sem risco defendido pela Fiesp, que reivindicavam uma política econômica voltada ao setor industrial sem perder os ganhos obtidos a partir do setor financeiro da economia. Depois, com a diversidade presente nas ruas, parte dessa “nova classe média”, ou parte dos trabalhadores que foram beneficiados com o crescimento econômico, geração de emprego e aumento de crédito para o consumo, controle dos preços e cortes nos juros, engrossaram as massas que se reuniam aos domingos para protestar contra o governo em 2013 [...]. (GUERRA *et al*, 2017, p. 79).

Em suma, em 2014 a candidata reeleita, Dilma Rousseff não conseguiu estabelecer a governança mediante falhas no sistema de poder e de interesses conflitantes em sua base aliada. A partir desse momento, uma narrativa começa a ser construída como discurso hegemônico e moralista no combate à corrupção, escancarada pela Operação Lava-Jato. Com apenas pouco de mais de um ano após sua eleição, em 2016 um golpe é desferido no processo democrático brasileiro e a presidenta que fora legitimamente eleita, foi impedida de governar.

Considerações finais

As contradições políticas, econômicas e sociais que permeiam a prática discursiva do Estado capitalista em crise e de seus agentes encastelados no “deus mercado”, conferem a existência de processos dialéticos inerentes ao modo capitalista de produção, principalmente neste século XXI de crise do capital global. Como corolário da “crise estrutural do capitalismo”, os setores hegemonicamente dominantes da sociedade brasileira se uniram em torno de um consenso: Suprimir direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo de suas lutas, “rasgar” a CLT e a Constituição de 1988, últimos bastiões de salvaguarda dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores do campo e da cidade.

Para tudo isso se consumir, foi dado um Golpe de Estado branco, sem armas e sem tanques nas ruas. Um golpe cujo formato se nos apresenta diferente, não mais nos moldes clássicos do passado, mas no malabarismo de manipulação de instrumentos constitucionais como a *Lei do Impeachment*, datada de 1950. Ressalte-se, pois, que nossa análise crítica dos elementos verbo-visuais e escolhas lexicais presentes nos textos multissemióticos, de fato, evidenciaram a busca pelo *empoderamento social* e pela *explicitude político-partidária*, princípios esses recorrentes nas atividades retóricas dos usuários em práticas sociais no ambiente digital.

Assim, se construiu a moldura do Golpe, travestida de base legal e constitucional, com o apoio incondicional de setores reacionários e ultraconservadores da classe média, do Judiciário, do Parlamento e do complexo midiático brasileiro. Assim, se construiu um discurso, como acentuou Fairclough (2001, p. 94) uma prática política que “é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder”.

De fato, 2016 já se configurou na história como um ano em que a democracia brasileira foi ferida de morte, a soberania popular foi acintosamente desconstruída pelas elites hegemônicas e detentoras do grande capital em crise que, mais uma vez, numa prática inquestionavelmente histórica, coloca

nas costas dos trabalhadores o ônus de pagar a conta causada pelos desajustes econômico-financeiros do capitalismo selvagem que impera em nosso país.

Enfim, pode-se concluir que, na narrativa do Golpe de 2016, prevaleceu na sociedade um discurso tipicamente dominante como prática discursiva hegemônica e ideológica, em cujo sistema de dominação político-cultural os processos discursivos são produzidos ou reproduzidos, distribuídos e consumidos pelo público ao qual se destinam, de acordo com a natureza da narrativa e da construção dos fatos sócio-historicamente situados.

Referências

BERNSTEIN, B. **The structuring of pedagogic discourse**. London: Routledge, 1990.

BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. *In*: BATISTA JUNIOR, J. R. L. *et al.* (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018, pp. 124-157.

CARVALHO, A. M. P. de; GUERRA, E. C. Brasil nos circuitos do golpe 16: novo ciclo de ajuste e democracia em risco. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/brasilnoscircuitosdogolpe16novociclodeajusteedemocraciaemrisco.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2018.

COSTA, I.; PACHECO, W. M. C. A política recontextualizada: questões de colonização publicitária no discurso político. **DOMÍNIOS DE LINGU@GEM**, v. 5, - n° 1 – 1° Semestre 2011 - ISSN 1980-5799. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiodelinguagem/article/view/12461>. Acesso em: 04 dez. 2018.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília. Editora Unb, 2001.

_____. Discourse, social theory and social research: the case of welfare reform. **Journal of Sociolinguistics**, 4(2). 2000a.

_____. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. (Trad. Iran Ferreira de Melo). **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>. Acesso em 09 de jan. 2017.

_____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

GUERRA, A. *et al.* **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Recessao-Golpe-web.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2018.

PAIVA, F. J. de. O. Uma análise de discurso crítica em aspectos de linguagem e de recursos persuasivos no slogan *you change, people care*, da natura plant shampoo. **LING. – Est. e Pesq.**, Catalão-GO, vol. 21, n. 1, p. 67-94,

jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/52229/25322>. Acesso: 11 de mai. 2018.

MAGALHÃES, I. Análise do discurso publicitário. **Revista da ABRALIN**, v. 4, p. 231-260, 2005.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no brasil: breve análise da educação superior. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n°. 141, p.875-892, out.-dez., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/2017nahead/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>. Acesso em 09 de jan. 2017.

MELO, I. F. de. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes *et al.* (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018, pp. 124-157.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo. Boitempo, 2011.

MICHELETTI, G. (org.). **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo. Cortez, 2008.

RESENDE, V. M. Análise de discurso crítica como interdisciplinar para a pesquisa social: uma introdução. In: MELO, I. F. de. (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. 1ed. Campinas: Pontes, 2012, pp.99-112.

RESENDE, V. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**. São Paulo: Pontes, 2009.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, B. de S. **Brasil pode ainda evitar “novo” golpe**, Blog Outras Palavras, março de 2016, In: <http://outraspalavras.net/brasil/boaventura-no-brasil-havera-tempo-contra-ogolpe/>, pesquisa realizada em 05 de mar. 2017.

SILVA, L. B. de A. **Gênero textual meme: muito além do humor**. August 29, 2017. Disponível em: <https://www.txteduc.com/single-post/2017/08/29/G%C3%AAnero-textual-meme-muito-al%C3%A9m-do-humor>. Acesso em: 02 de abr. 2018.

SOUSA, M. M. F. de. A intergenericidade e a construção de sentidos em anúncios publicitários. **Rev. de Letras - NO. 31 - Vol. (1/2) jan./dez. - 2012**, pp. 49-57. Disponível em: http://www.revistadeletras.ufc.br/revista30_arquivos/08_Artigo%206_Rev_Letras_31_1_2_20123.pdf. Acesso em 10 de mai. 2018.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro, Leya, 2016.

WODAK, R. **Mediation between Discourse and Society – Assessing Cognitive Approaches**. Discourse Studies, 2005.

ANÁLISE CRÍTICA DO GÊNERO DISCURSIVO HISTÓRIA EM QUADRINHOS DA REVISTA ZÉ CARIOCA

CRITICAL ANALYSIS OF THE GENDER DISCURSIVE HISTORY IN QUADRINHOS OF THE ZÉ CARIOCA MAGAZINE

Jacqueline Wanderley Marques Dantas¹⁸

Margareth Valdivino da Luz Carvalho¹⁹

RESUMO: Considerando a concepção interacional da língua que vê a linguagem como forma ou processo de interação social, este trabalho de cunho analítico-reflexivo situa-se dentro dos estudos linguísticos e tem como propósito analisar os conceitos de Texto, Discurso e Sentido numa perspectiva reflexiva e crítica. O presente trabalho ainda propõe fazer uma leitura das possibilidades de sentidos oferecidos em um episódio da história em quadrinho de uma revista do Zé Carioca fundamentando-se para este propósito em autores que abordam sobre a Análise do Discurso como: Fairclough (1989), Foucault (2014), Orlandi (2012), entre outros.

Palavras-Chave: Texto. Discurso. Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT: Considering the interactional conception of the language that sees language as a form or process of social interaction, this analytic-reflexive work is located within the linguistic studies and its purpose is to analyze the concepts of Text, Discourse and Sense in a reflective perspective and criticism. The present work also proposes to make a reading of the possibilities of meanings offered in an episode of the comic of a magazine of the Zé Carioca, being based for this purpose in authors that approach on the Discourse Analysis as: Fairclough (1989), Foucault (2014), Orlandi (2012), among others.

Keywords: Text. Speech. Critical Discourse Analysis.

Introdução

A seguinte análise procura desvendar as possibilidades de sentidos oferecidas em um episódio²⁰ da história em quadrinhos que tem como personagem protagonista o Zé Carioca, uma figura fictícia criada no começo da década de 1940 pelos estúdios Walt Disney com o intuito de retratar o “típico

¹⁸ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2015); Especialização em Linguística pela Universidade Federal do Piauí (2006); Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Piauí (2000); Graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Piauí (2004); Graduação em Letras Espanhol pela Universidade Estadual do Piauí (2013). Atualmente é professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual e Municipal de Ensino na cidade de Picos-PI. Tem experiência na área de Língua Portuguesa e Linguística com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Concepções e Ensino de Leitura, Morfologia e Sintaxe da Língua Portuguesa e Ensino de Língua Espanhola.

¹⁹ Mestre em Letras - Língua e Linguagem pela Universidade Federal do Piauí; Graduação em Letras - Português pela Universidade Estadual do Piauí; Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Piauí; Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Piauí; Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Professora Efetiva de Português do Ensino Básico da Secretaria Estadual de Educação do Piauí; Tutora Presencial do Curso de Letras - Português da Universidade Aberta do Brasil - Pólo de Picos.

²⁰ Revista nº 2.394, 2015. pp. 22 – 28.

malandro carioca”, que nas edições da revista, sempre se livra de situações embaraçosas com o seu “jeitinho característico”.

Para fundamentar esta análise nos apoiaremos no viés da Análise de Discurso Crítica (ADC), que tem como expoente o linguista britânico Norman Fairclough que em sua obra *Language and Power* (1989) propõe uma conscientização sobre os efeitos sociais de textos que integram as práticas sociais, constituindo-se os sujeitos como seres críticos e reflexivos, de modo que venham a intervir de algum modo na sociedade a fim de descortinar as relações de poder presentes nesta sociedade.

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

É importante destacar que a abordagem faircloughiana da linguagem ancora-se em diversas vertentes teóricas como as de Foucault (1997, 2003) e Bakhtin (1997, 2002), cujas perspectivas discutem sobre discurso e poder e exercem influência sobre a ADC.

Resende e Ramalho (2011), aponta a teoria foucaultiana como uma semente germinadora e fecunda para os estudos da Teoria Social do Discurso, uma vez que as discussões desencadeadas por Foucault (2003) acerca do aspecto constitutivo do discurso, a interdependência das práticas discursivas, a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso e a natureza discursiva da mudança social constituem o princípio da linguagem como espaço de luta hegemônica.

Embora considere os trabalhos de Foucault importantes para o desenvolvimento da ADC, Fairclough (2001a) aponta duas lacunas de que a ADC precisaria rever de modo transdisciplinar: a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que vê a ação humana unilateralmente estrangida pela estrutura da sociedade disciplinar e, em outro aspecto, a falta de análise empírica de textos.

Outra ciência linguística que veio incorporar requisitos inovadores e positivos à ADC é a Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday. Conforme Resende e Ramalho (2011, p. 56) apresentam em sua obra já citada anteriormente, “trata de uma teoria da linguagem que se coaduna com a ADC, porque aborda a linguagem como um sistema aberto que percebe os textos não só como estruturados no sistema mas também potencialmente inovadores do sistema”.

A teoria faircloughiana da linguagem também mantém um diálogo estreito com as ideias de Bakhtin (1997) acerca da visão dialógica e polifônica da linguagem quando o autor britânico considera a intertextualidade presentes nos textos. Assim como Bakhtin (1997) define os gêneros discursivos como “tipos

relativamente estáveis de enunciados" e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana, Fairclough (2003, p. 65) afirma que os gêneros constituem "o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais".

Não pretendemos aqui nos estender na ADC proposta por Fairclough, mas tão somente enfatizar o seu entendimento teórico sobre o caráter discursivo da linguagem, enquanto "prática social" ou modo de ação historicamente situado.

Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...]. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91 apud RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 27).

Nesta afirmação de Fairclough, percebe-se uma intertextualidade com as ideias de Carolyn Miller (1994) com relação aos gêneros. Para esta autora, os gêneros se concretizam por meio de ações sociais que se manifestam em mais de uma situação e mais de um espaço-tempo concreto. Dessa forma, Miller postula que os gêneros são ações retóricas recorrentes, e estritamente envolvidos com as diversas formas de comunicação existentes. Para Miller (1994, p. 152) "uma definição retoricamente sadia de gênero deve ser criada não na substância ou na forma do discurso, mas na ação que é usada para executá-lo".

Gêneros do discurso

Segundo Bakhtin (2003), os gêneros do discurso são compreendidos como tipos relativamente estáveis de enunciado, fortemente marcados por seu conteúdo temático, estilo e construção composicional. O conteúdo temático diz respeito às escolhas e propósitos comunicativos do autor em relação ao assunto abordado, enquanto que o estilo se refere a um modo de apresentação do conteúdo (formal, informal) traduzido no plano composicional do gênero por meio da seleção de "recursos lexicais", fraseológicos e gramaticais da língua (BRAKHTIN, 2003, p. 261).

Bakhtin compreende que a língua em uso está fortemente atrelada aos aspectos históricos, culturais e sociais de seus falantes quando ele faz a distinção entre os gêneros discursivos primários e os gêneros discursivos secundários.

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata (BAKHTIN, 2003, p. 263).

Sob o viés da teoria bakhtiniana podemos considerar as histórias em quadrinhos (HQs) como um gênero discursivo contemporâneo e complexo, uma vez que são uma manifestação social surgida em condições sociais de produção específicas. A necessidade de entendermos as HQs como um gênero discursivo secundário vai além de uma classificação de gênero. Neste sentido, compreende-se que as HQs se constroem em situações de práticas sociais complexas, necessitando que seus leitores possuam algum conhecimento prévio desse gênero para bem conseguir lê-las e compreendê-las.

A linguagem dos quadrinhos

As histórias em quadrinhos apresentam uma comunicação muito rica que pode ser utilizada para diferentes finalidades como entreter, informar e, também, educar. As HQs são uma mídia onde comportam todos os gêneros e os mais variados temas. Dessa forma, podem servir como um importante recurso didático em sala de aula da educação infantil até o ensino médio, uma vez que apresentam uma linguagem riquíssima, misturando textos e imagens para transmitir uma ideia por meio de narrativas gráficas e estimuladoras.

Will Eisner, um dos mais conhecidos quadrinistas do mundo, utiliza o termo “Arte Sequencial” para se referir aos quadrinhos. Segundo ele, os quadrinhos são “uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia” (EISNER, 2010, p. 9).

Segundo Will Eisner (2010) as histórias em quadrinhos por apresentarem uma linguagem mista, composta de palavras e imagens, faz-se necessário que os leitores recorram às suas habilidades interpretativas visuais e verbais para compreenderem o sentido presente nelas.

O quadrinista Daniel Brandão cita o importante quadrinista Scott McCloud (1995) para explicar de forma clara a linguagem dos quadrinhos. Segundo McCloud o termo “Arte Sequencial” poderia con-

fundir quadrinhos com animação, neste sentido, para este quadrinista quadrinhos são imagens organizadas propositalmente de maneira justapostas com um determinado objetivo narrativo e “destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador” (McCLOUD, 1995).

Nesta esteira, compreende-se que a linguagem dos quadrinhos é única, composta de diferentes particularidades e união de diversos sistemas de signos e elementos com funções e características próprias que são lidos em conjunto de forma sequencial, constituindo-se os quadrinhos como um produto social contemporâneo, e enquadrando-se como um gênero discursivo secundário que comporta todas as características inerentes a essa categoria de gênero no sentido bakhtiniano.

Discurso e sentido

Todo ato enunciativo resulta de uma ação que envolve sujeitos com perspectivas e visões de mundo diferenciadas. No âmbito social, o discurso está relacionado com a posição do sujeito na esfera do que foi enunciado, ou seja, no contexto da enunciação.

Falar de enunciação e de enunciado significa estabelecer uma fronteira entre o enunciador e seu discurso, seja um discurso filosófico, econômico ou político, porque na esfera social todos os discursos se entrecruzam por fazerem parte de uma construção de “dizeres” cujas especificidades só podem ser compreendidas mediante a situação de ocorrência.

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (FOUCAULT, 2014, p.34).

Discursos que se produzem continuamente nos levam a uma objetivação um tanto metódica sob diferentes pontos de vista, porque a essência de um dizer não condiciona o sujeito a se marcar discursivamente, uma vez que determinados sistemas sociais mantêm intrinsecamente uma relação dialógica com o poder. Inerente a este poder a forma como o discurso age socialmente. Na Ordem do discurso Foucault nos fala de “doutrinas” (religiosas, políticas, filosóficas), como constitutivas de um inverso de uma sociedade.

Para Foucault (2014), há uma condição indispensável para que o discurso seja validado, é necessário a aceitação deste discurso por um sujeito enunciador num determinado contexto enunciatário. Vá-

rios enunciados inversamente questionáveis são polifonicamente suscetíveis de se coadunar com a posição social e ideológica do sujeito enunciad²¹. Nesse sentido, o encontro entre as diversas vozes discursivas cria uma certa tendência de se explicar o inexplicável nas relações estabelecidas nas atividades que envolvem as práticas sociais de linguagem.

Discurso: uma questão social

Assumir um discurso e sua relação com um “dizer social”, constitui na verdade uma possibilidade de se inserir numa construção de dizeres totalmente elementares sob diferentes perspectivas. Há relações de sentido em tudo o que pode ser representativo no âmbito discursivo e há nenhuma relação, quando o vazio das palavras se sobrepõe a uma verdade maior, portanto, a fase do dizer se contextualiza numa realidade mais significativa sob o ponto de vista que não é único na cadeia interativa.

Os sentidos que podem ser lidos, então, em um texto não estão necessariamente ali, nele (ORLANDI, 2012). E falar desses sentidos, significa ampliar a concepção que se tem acerca das representações do discurso em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e ideológicos. Sem ter como fugir das questões ideológicas, o discurso se manifesta gradativamente em forma de enunciados numa embalagem sob o prisma de diferentes sentidos, possíveis de serem compreendidos somente, a partir da relação social entre os sujeitos.

Falar do discurso como uma questão social é fomentar certas ações de linguagens em que a (re)criação de sentidos se relaciona com o próprio sujeito enquanto enunciad²¹, considerando que não há discursos únicos, como afirma Bakhtin (2011, p. 298), “o enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado”.

Diante uma manifestação discursiva, o sujeito enunciad²¹ conduz o interlocutor a interpretações que credibilize o seu próprio dizer.

Para Bakhtin (2011, p. 299), o enunciado se verifica como um fenômeno muito complexo e multidisciplinar e, portanto, é um objeto do discurso do falante, seja qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado. Dito de outro modo, a complexidade do discurso reflete todas as aspirações e o sentido proposto pelo enunciad²¹ na cadeia discursiva.

O texto e o discurso

²¹ Falamos aqui do sujeito enunciad²¹ numa esfera discursiva, sobretudo no que se refere à posição do discurso como uma entidade social.

Guiando-se pela concepção interacional da língua, a linguagem passa a ser vista como atividade de realização social, ou melhor, como forma de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, com o objetivo de influenciar o comportamento do interlocutor, fazendo com que compartilhe de determinadas opiniões.

É aí que surge a Análise do Discurso como uma região privilegiada considerando o discurso "como a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é, no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é social" (ORLANDI, 1987, p. 26).

Segundo a concepção interacional da língua, "quando o indivíduo faz uso desta não é tão somente para traduzir e exteriorizar um pensamento, mas sim realizar ações agir atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)". Assim, sob a perspectiva 'discursiva, a linguagem não é vista apenas como instrumento de comunicação, mas como meio de interação social. Daí depreende-se que o homem ao comunicar-se, está constantemente interagindo socialmente sobre os demais e dessa forma produzindo textos. É importante mencionar que texto aqui é entendido como a manifestação linguística produzida por alguém, em alguma situação concreta (contexto), com determinada intenção.

Segundo Orlandi (1987, p. 159):

Pensando-se o texto no processo da interlocução, podemos tomá-lo como o centro comum, a unidade que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte. Em termos de interação, portanto, podemos dizer que o domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial e só tem a unidade no/do texto. Essa unidade - o texto - é unidade do processo de significação, é a totalidade da qual se parte na análise da estruturação do discurso.

Baseando-se em Ingedore Koch (2003), é válido afirmar que o conceito de texto depende das concepções que se tenha de língua e sujeito.

Na concepção interacional (dialógico) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores, construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que dialogicamente nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação (KOCH, 2003, p. 17).

Para os adeptos da Análise do Discurso, o termo discurso parece ter significado mais amplo que texto, uma vez que engloba tanto os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva como as suas condições de produção.

O uso que estou fazendo do conceito de discurso é o da linguagem em interação, ou seja, aquele em que se considera a linguagem em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação de que se diz (ORLANDI, 1987, p. 157).

Segundo a perspectiva da análise do discurso, pode ser entendido o discurso como a instanciamento do modo de se produzir linguagem, ou seja, no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é social. Dessa forma, considera-se o discurso como a atividade comunicativa capaz de gerar sentido entre interlocutores, englobando não só o conjunto de enunciado por eles produzido em determinada situação, mas também o evento de sua enunciação.

As condições de produção do discurso

O discurso, enquanto atividade produtora de efeitos de sentido entre interlocutores é constituído pelas condições de produção, entendidas estas como

[...] formações imaginárias, e nessas formações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação de sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros), a antecipação (a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa)" (PÊCHEUX, apud ORLANDI. 1987, p. 158)

A respeito das condições de produção, Orlandi (1987, p. 83) afirma:

O contexto histórico - social, a situação, os interlocutores - isto a que chamamos tecnicamente de condições de produção - constituem a instância verbal produzida, ou seja, o discurso. Portanto, o discurso não é fechado em si mesmo e nem é domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz, significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos, etc.

Dessa forma, o discurso engloba os enunciados produzidos pelos interlocutores e o processo de sua enunciação, compreendida esta "como o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado". Assim, a possibilidade de uma determinada sequência linguística ser dita e produzir um determinado efeito de sentido é regulado por uma exterioridade sócio-histórica e ideológica que determina as regularidades linguísticas e seu uso, sua função.

A noção de sentido na Análise do Discurso

A Análise do Discurso procura mostrar que se constrói a unidade do texto a partir do processo de produção do significado. Neste sentido, busca explicar os caminhos da criação dos significados, tornando explícitos os mecanismos implícitos de estruturação e interpretação de textos.

Segundo a Análise do Discurso, o sentido do que se diz produz-se numa determinada situação histórica, ou seja, a situação passa a ser um componente na análise e compreensão dos atos de comunicação verbal, pois os enunciados podem ter significados diferentes em situações diferentes.

A análise da situação leva à compreensão dos implícitos, que também compõem o significado de um enunciado. Assim, é significativo o que é dito e o que não é dito, o explícito e o implícito.

A análise do discurso tem como unidade o texto. Na perspectiva da análise do discurso, o texto é definido pragmaticamente como a unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua produção. O texto se constitui, portanto, no processo de interação (ORLANDI, 1988, p. 21).

Análise do episódio: “Zé Carioca Papagaio Letrado”, da revista em quadrinhos Zé Carioca

Passemos agora para a análise dos aspectos discursivos apresentados nos quadrinhos do personagem Zé Carioca, criado por Walt Disney no início dos anos 1940 em visita ao Brasil. O episódio que iremos analisar tem como título Zé Carioca: Papagaio Letrado, que faz parte da revista nº 2.394, publicada em 2015.

Considerando as condições de produção, percebemos que o gênero em questão representa um texto multimodal, composto por linguagens diversificadas, pois nos apresenta palavras e imagens, cores e outros recursos que auxiliam na construção de sentidos pelo leitor.

Ao se deparar com uma história em quadrinhos o leitor tem ao seu alcance uma variedade de códigos e inúmeras possibilidades de uso desses códigos, bem como um leque de opções de sentidos que permitirão ao leitor atribuir significados por meio da junção ou interação entre as duas linguagens constituintes deste gênero: a linguagem verbal e a linguagem visual.

O episódio narrado nesta revista nos traz o protagonista da história, passando por saias justas ao ser confundido com um renomado professor de Economia, que iria ministrar uma palestra em um importante evento da cidade.

No entanto, o ponto crucial da história se revela logo na primeira página (22), quando Zé Carioca e seus amigos ao passearem pela praça se deparam, com diversas pessoas usando óculos.

Figura 1- Parte 1 da História: “Zé Carioca Papagaio Letrado”



Zé Carioca comenta com os seus amigos Nestor e Pedrão, sobre o número de pessoas que usam óculos, momento em que Pedrão lhe fala que pessoas que utilizam óculos parecem intelectuais e mais inteligentes. Então, Zé Carioca na sua esperteza, logo trata de arrumar uns óculos e os coloca no seu rosto, momento esse em que é confundido com o professor Okaba. E aí começa a confusão!

Figura 2- Parte 2 da História: “Zé Carioca Papagaio Letrado”



Fonte: Revista Zé Carioca: *Papagaio Letrado*, nº 2.394, 2015, p. 23.

Zé Carioca ao ser confundido com o palestrante fica nervoso pois nunca deu uma palestra antes na sua vida e não estava preparado para tal missão, contudo, ao lhe falarem em pagamento: “CHEQUE GORDINHO” logo se anima e assume o seu caráter de “rapaz esperto” e “malandro” no bom sentido para ganhar o dinheiro tão sonhado.

Essa história em quadrinhos nos traz um final surpreendente pois o Zé Carioca embora não fosse “letrado” como o título do episódio nos traz, se saiu melhor que o professor intelectual e ganhou com isso até um emprego do seu sócia, o professor Okaba.

A história deixa evidente que a palestra do Zé Carioca foi tão desestimulante que a plateia toda caiu no sono. E o professor Okaba que sofria de insônia contratou o Zé para fazê-lo dormir.

Figura 3 - Parte 3 da História: “Zé Carioca Papagaio Letrado”



O episódio vivenciado por Zé Carioca e seus companheiros traduz com maestria o discurso elitista e dominante presente nos mais diversos campos da atividade humana de que só consegue vencer e se sobressair na nossa sociedade, aquelas pessoas que frequentam os bancos escolares, as melhores universidades e conseqüentemente conseguem os melhores empregos. Essa “formação discursiva” se faz visível no próprio título da história: PAPAGAIO LETRADO (o que leva o leitor a crer no início que o papagaio é muito culto e sábio). No entanto, nas páginas seguintes esse discurso vai sendo desconstruído pelo próprio humor e ironia presentes na história, quando a esperteza de Zé Carioca ganha a cena, conseguindo o papagaio trapaceiro se dar bem e ganhar com essa condição até um emprego bom.

Percebe-se que a construção de sentidos presentes nos quadrinhos se dá por meio das relações estabelecidas entre os diferentes discursos apresentados pelos personagens que assumem lugares sociais diferentes. Como exemplo, podemos citar a fala da personagem Pedrão na primeira página: “é, mas temos que admitir... quem usa óculos fica parecendo MAIS INTELIGENTE!”.

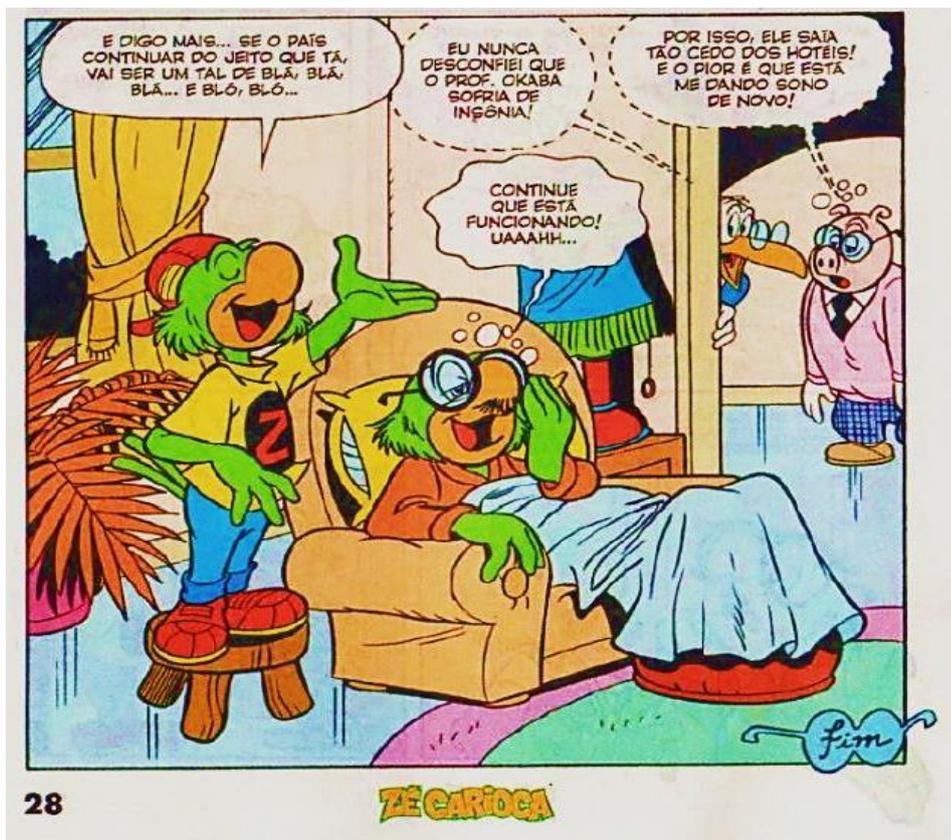
Na fala de Pedrão percebemos uma formação discursiva daqueles que acreditam que ter uma formação acadêmica ou uma boa escolaridade é condição necessária e importante para ser aceito e respeitado na sociedade em que vivemos.

Resende e Ramalho (2011, p. 70) apresentam o significado representacional de discurso proposto por Fairclough (2003a): “diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas”.

Na página 28, o Zé Carioca já exercendo a sua função profissional de contador de histórias para o professor Okaba dormir, nos faz lembrar de experiências já vivenciadas por nós em momentos diferentes de nossa existência e que evocam também outras vozes sociais que trazem à tona essa temática, como por exemplo, pode-se citar o tão famoso provérbio popular: “Isso é conversa para boi dormir”, ou seja, o que fulano ou cicrano diz não é digno de confiança, pois as pessoas não acreditam por tratar-se de falsas palavras, ou mentira.

No último quadrinho abaixo, quando o Zé Carioca fala: “E digo mais... se o país continuar do jeito que tá, vai ser um tal de blá, blá, blá...e blô, blô...” essas palavras do Zé remetem o leitor para outras vozes já ditas e ouvidas antes, que transportam o leitor para o cenário político e social do Brasil, reforçando a imagem de que o nosso país não tem mais jeito, pois os governantes só falam, falam, mas não cumprem com suas promessas e obrigações governamentais para com a população e a sociedade brasileira.

Figura 4 - Parte 4 da História: “Zé Carioca Papagaio Letrado”



Fonte: Revista Zé Carioca: *Papagaio Letrado*, nº 2.394, 2015, p. 28.

Por fim, percebe-se nesta história em quadrinhos de Zé Carioca o dialogismo propagado por Bakhtin que postula que diferentes vozes sociais contribuem para a construção de sentidos no texto, coadunando com o pensamento de Van Leeuwen (1997) de que “as maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades” (RESENDE e RAMALHO, 2001, p. 72).

Considerações finais

Constatou-se, com o presente trabalho que por meio da linguagem o homem interage socialmente sobre os seus semelhantes realizando assim uma ação, um ato de fala, o que a teoria linguística conceitua como a "força ilocucionária" da sequência linguística numa determinada situação de interação comunicativa.

Atribuir sentido ao texto, como no caso dos quadrinhos aqui analisadas, significa inserir numa linha mais ideológica a capacidade deste sujeito na sua própria representação social.

Dessa forma o homem pode produzir diferentes atos de fala: ordenar, afirmar, prometer, desejar, criticar, advertir, etc. Assim, ao interagir socialmente sobre o outro, o homem está na verdade produzindo texto, entendido este como unidade complexa de sentido, todo significativo em relação à situação. O texto é dessa forma o produto concreto da atividade comunicativa considerando-se as condições de produção do discurso: a exterioridade sociológica e ideológica, o sujeito e as regularidades linguísticas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch, 1895-1975. **Estética da criação verbal** / Mikhail Bakhtin [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. — 2ª ed. — São Paulo Martins Fontes, 1997. — (Coleção Ensino Superior)

_____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. Equipe de tradução do russo: Aurora Fornoni Bernadini et al. 5. ed. São Paulo:Hucitec/Annablume, 2002.

_____. **Os gêneros do discurso**: In: Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas**. São Paulo: Editora Devir, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001a.

_____. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003[1971].

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA. Disponível em: http://ava.fdr.org.br/pluginfile.php/237573/mod_resource/content/6/HQ2%20-%20Fasc%C3%ADculo-03_FINAL.pdf

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Editora Makron Books, 1995.

MILLER, Carolyn R. **Genre as social action**. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis 1994. p. 23-42. (Originalmente publicado em: *Quarterly Journal of Speech*, v.70, p. 151-167, 1984)

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Editora Cortez, 9 Ed. São Paulo-SP, 2012.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. Campinas-SP: 2 Ed. Editora Pontes, 1987.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Ramalho. **Análise de Discurso Crítica**. Editora Contexto, 2 ed. 2011.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In. ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1987.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.) **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.